

**Atividade Científica decorrente da Dissertação de Mestrado**

**Universidad Del Sol**

HÁTILA RODRIGUES MATOS

**UMA ANÁLISE ACERCA DA RELAÇÃO FAMÍLIA-ESCOLA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE LAGES - SC, TENDO COMO PARÂMETRO O EMEB - ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA "MUTIRÃO"**

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao Programa de Pós-Graduação em **Ciências da Educação da UNADES - Paraguai**. Área de concentração: **Educação**. Curso de Mestrado em Ciências da Educação.

**Período:** julho/2022 a janeiro/2025

**Orientador(a):** Prof. Dra. María Elba Medina Barrios

**RESUMO**

A pesquisa analisou as representações e os conflitos presentes na relação entre família e escola no contexto da educação pública do município de Lages – SC, tendo como campo empírico a Escola Municipal de Educação Básica Mutirão (EMEB). O estudo teve como objetivo compreender como as famílias percebiam e se relacionavam com a escola, considerando as tensões históricas, culturais e sociais que fragilizaram essa parceria e dificultaram o diálogo e a participação efetiva dos responsáveis no cotidiano escolar. A investigação foi conduzida por meio de uma abordagem metodológica mista e de um estudo de caso, explorando as percepções de pais e responsáveis, bem como os limites e as potencialidades do Projeto Político Pedagógico (PPP) para promover articulações mais democráticas entre os sujeitos envolvidos no processo educativo. Os resultados revelaram que, embora os responsáveis reconhecessem a importância da escola, muitos se sentiam à margem das decisões e práticas escolares, sendo chamados, predominantemente, em situações de conflito. Observou-se que a escola ainda mantinha modelos de comunicação verticalizados, com baixa sensibilidade à diversidade das configurações familiares. Apesar disso, foram identificadas experiências positivas de acolhimento e escuta, que apontaram caminhos viáveis para o fortalecimento de relações mais inclusivas e dialógicas entre famílias e escola.

**Palavras-chave:** Família. Escola. Ensino. Educação.

**AN ANALYSIS OF THE FAMILY-SCHOOL RELATIONSHIP IN THE CONTEXT OF PUBLIC EDUCATION IN LAGES - SC, USING THE MUNICIPAL SCHOOL OF BASIC EDUCATION 'MUTIRÃO' AS A REFERENCE**

**ABSTRACT**

This study analyzed the representations and conflicts involved in the relationship between family and school within the context of public education in the municipality of Lages, Santa Catarina, using the Municipal School of Basic Education Mutirão (EMEB) as the empirical field. The objective was to understand how families perceived and related to the school, considering the historical, cultural, and social tensions that weakened this partnership and hindered effective participation and dialogue in school life. The research employed a mixed-methods approach and a case study, exploring parents' and guardians' perceptions as well as the limitations and potential of the school's Political-Pedagogical Project (PPP) to foster more democratic interactions among the stakeholders involved in the educational process. The results revealed that, although families acknowledged the importance of school, many felt excluded from decision-making and were mostly summoned only when problems arose. The school, in turn, still maintained vertical communication models that lacked sensitivity to the diversity of family configurations. Nevertheless, the study also identified positive experiences of welcoming and active listening, which indicated possible paths toward building more inclusive and dialogical relationships between families and the school.

**Keywords:** Family; School; Participation; Public education.

**UN ANÁLISIS SOBRE LA RELACIÓN FAMILIA-ESCUELA EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA DE LAGES - SC, TENIENDO COMO PARÁMETRO LA ESCUELA MUNICIPAL DE EDUCACIÓN BÁSICA 'MUTIRÃO'**

**RESUMEN**

Este estudio analizó las representaciones y los conflictos presentes en la relación entre la familia y la escuela en el contexto de la educación pública del municipio de Lages, estado de Santa Catarina, tomando como campo empírico la Escuela Municipal de Educación Básica Mutirão (EMEB). El objetivo fue comprender cómo las familias percibían y se relacionaban con la escuela, considerando las tensiones históricas, culturales y sociales que debilitaron esta asociación e impidieron una participación y un diálogo efectivos en el cotidiano escolar. La investigación se realizó mediante un enfoque metodológico mixto y un estudio de caso, explorando las percepciones de padres, madres y responsables, así como los límites y las potencialidades del Proyecto Político Pedagógico (PPP) para fomentar interacciones más democráticas entre los actores implicados en el proceso educativo. Los resultados revelaron que, aunque las familias reconocían la importancia de la escuela, muchas se sentían excluidas de la toma de decisiones, siendo convocadas principalmente en situaciones problemáticas. A su vez, la escuela mantenía modelos de comunicación verticales, con poca sensibilidad hacia la diversidad de las configuraciones familiares. No obstante, también se identificaron experiencias positivas de acogida y escucha, que señalaron caminos posibles para construir relaciones más inclusivas y dialógicas entre la familia y la institución escolar.

**Palabras clave:** Familia; Escuela; Participación; Educación pública.

**INTRODUÇÃO**

No encontro entre a escola e a família não há neutralidade. Cada uma carrega consigo representações, expectativas e modos próprios de compreender o papel da educação na vida das crianças e adolescentes. Ainda que sejam espaços distintos, suas funções se entrelaçam: é na

família que se iniciam os primeiros processos de socialização, valores e afetos, enquanto à escola cabe a tarefa de ampliar essas experiências, mediando o conhecimento sistematizado e promovendo o exercício da convivência democrática. Contudo, a distância que frequentemente se estabelece entre essas duas instituições revela muito mais que desinformação ou descuido, aponta, na verdade, para um descompasso histórico, social e cultural que ainda atravessa a educação pública brasileira.

A pesquisa partiu da experiência concreta vivida em Lages, Santa Catarina, onde o afastamento dos pais e responsáveis das atividades escolares tem sido, ao longo dos anos, uma inquietação constante nos espaços pedagógicos. A autora, ao refletir sobre essa ausência cotidiana, reconhece nela um sintoma de algo mais profundo: uma ruptura silenciosa na corresponsabilidade educativa. Embora a Lei nº 9.394/96 (Brasil, 1996) afirme que a educação deve ser compartilhada entre família e Estado, na prática, essa parceria ainda se mostra frágil e desarticulada. As famílias, pressionadas por jornadas exaustivas de trabalho e por condições socioeconômicas adversas, acabam por transferir para a escola obrigações que extrapolam seu campo de ação legítimo, esvaziando o sentido de pertencimento ao projeto educativo coletivo.

Esse descompasso tem consequências concretas. Como observa Panza (2011, p. 31), "a constituição da subjetividade da criança se faz tanto na interação com a família quanto na interação com a escola", o que exige um esforço conjunto e contínuo entre educadores e responsáveis. Quando essa parceria se desfaz, ou sequer se constitui, a criança torna-se refém de uma lacuna formativa. Em vez de uma rede de apoio, encontra-se sozinha diante dos desafios escolares e sociais, sem os vínculos afetivos e referenciais necessários para enfrentar as exigências da aprendizagem. Nesse contexto, retomar o diálogo entre família e escola é mais do que uma estratégia pedagógica: é um gesto político que reconhece os sujeitos e suas histórias.

Não se trata, contudo, de atribuir culpas ou reproduzir discursos moralizantes sobre o suposto "desinteresse" dos pais. A proposta é compreender as representações que eles constroem acerca da escola e identificar quais fatores dificultam, ou viabilizam sua participação efetiva. O conceito de "núcleo constitutivo do sujeito" proposto por Parolin (2007) reforça essa leitura: a família, em suas múltiplas configurações, é espaço de construção da identidade, mas precisa ser acolhida pela escola como interlocutora legítima. Para que isso ocorra, as práticas institucionais devem estar abertas ao diálogo, respeitando as realidades distintas e as trajetórias sociais dos sujeitos que ali circulam.

Essa perspectiva também encontra respaldo em Brambatti (2010), ao afirmar que a

atuação conjunta entre escola e família exige que as instituições educacionais revisitem suas práticas pedagógicas, construindo ambientes que favoreçam o vínculo, o acolhimento e o reconhecimento mútuo. A questão não é apenas estrutural, mas também simbólica: o modo como a escola enxerga a família influencia diretamente a forma como ela será recebida – e, por consequência, a intensidade de sua participação. Perez (2019), ao tratar da escuta ativa e da empatia no cotidiano escolar, destaca que a construção de relações sólidas depende da criação de espaços concretos e afetivos para o encontro de saberes distintos.

As famílias, como ressalta Rosenvald (2012), já não correspondem a um único modelo tradicional. Vivemos em um cenário de pluralidade, em que vínculos socioafetivos, arranjos monoparentais, famílias reconstituídas e tantas outras formas de organização desafiam a escola a repensar suas estruturas e linguagens. A negação ou invisibilização dessa diversidade gera exclusão, constrangimento e silenciamento. É nesse ponto que se revela a urgência de implementar práticas pedagógicas inclusivas, que contemplem essa complexidade sem reduzi-la a um padrão normativo único.

Do ponto de vista metodológico, a escolha por um estudo de caso, com abordagem qualitativa e quantitativa, permitiu captar não apenas os dados empíricos, mas também os sentidos atribuídos pelos sujeitos à sua experiência com a escola. Gil (2002) entende a pesquisa exploratória como etapa fundamental para delimitar objetos e hipóteses de investigação. Complementando essa perspectiva, Sampieri, Collado e Lucio (2006) defendem o uso de métodos mistos como forma de aprofundar a compreensão do fenômeno estudado, respeitando sua dimensão multifacetada. A escuta de pais e responsáveis de alunos do Ensino Fundamental II da EMEB Mutirão foi essencial para visibilizar vozes, muitas vezes ignoradas pelos discursos institucionais.

Ao revisitar os marcos teóricos que sustentam esta pesquisa, entre eles Vygotsky (1998), que compreende a aprendizagem como processo social e mediado, e Piaget (1977), que destaca a interação como condição para o desenvolvimento cognitivo, reafirma-se a centralidade das relações humanas no processo educativo. A aprendizagem não acontece no vazio, mas em contextos atravessados por afetos, vínculos, expectativas e desigualdades. Portanto, analisar as representações que as famílias constroem sobre a escola é também um modo de pensar o futuro da educação pública e seu compromisso com a justiça social.

## **Objetivo Geral**

Analisar as representações e conflitos na relação família e escola no contexto da educação pública de Lages – SC, no âmbito da Escola Municipal de Educação Básica Mutirão - EMEB.

### **Objetivos específicos**

1. Apontar elementos no Projeto Político Pedagógico da Escola, que promovem articulação com a família;
2. Identificar o contexto socioeconômico dos pais entrevistados da escola pesquisada;
3. Investigar as concepções dos pais dos alunos do Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano, referentes ao processo de ensino-aprendizagem na escola pesquisada;
4. Caracterizar as tensões dos pais em relação à sua participação nas ações promovidas pela escola.

### **Metodologia**

A escolha metodológica que sustentou esta investigação não resultou de um movimento aleatório, mas de um alinhamento entre as inquietações do pesquisador e a natureza multifacetada do objeto de estudo: as representações da família sobre a escola pública. Com base em Laville e Dionne (1999), entende-se que investigar, antes de tudo, é provocar deslocamentos de sentido romper com as explicações imediatistas, interpelar o senso comum e buscar, com responsabilidade intelectual, compreender os sentidos ocultos nos discursos e nas práticas. É nesse terreno movediço que a pesquisa se ancorou, adotando uma abordagem mista, em que procedimentos qualitativos e quantitativos dialogam de maneira complementar.

Para além da taxonomia acadêmica, a opção pelo estudo de caso revelou-se pertinente diante da complexidade do fenômeno investigado. O estudo documental e exploratório, conforme delineado por Gil (2002), ampliou o campo de visão do pesquisador, permitindo que a investigação se desenrolasse em etapas progressivas, abertas à descoberta e à resignificação. O uso combinado de entrevistas e análise documental configurou um mosaico metodológico capaz de captar tanto os relatos subjetivos dos sujeitos quanto os registros institucionais que delimitam a atuação escolar. A flexibilidade desse método foi crucial para abarcar a pluralidade de vozes que atravessam a relação entre família e escola.

A coleta de dados foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas, instrumento que se revelou sensível às nuances das experiências relatadas pelos participantes. Segundo Rosa e Arnoldi (2006), a eficácia da entrevista não está apenas na formulação das perguntas, mas na escuta ativa que transforma cada resposta em possibilidade interpretativa. Gil (1999) propõe que essa técnica seja adaptada ao contexto e à disposição dos sujeitos, permitindo formas de contato mais horizontais. A análise documental complementou esse processo, especialmente no exame do Projeto Político Pedagógico da escola pesquisada, cuja leitura crítica evidenciou tanto avanços quanto silêncios institucionais sobre o papel das famílias na tomada de decisões.

A etapa analítica demandou mais do que a simples ordenação dos dados coletados. Exigiu uma postura reflexiva diante das contradições, lacunas e tensões que emergiram dos relatos. A Análise de Conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (1977), foi o recurso metodológico que permitiu organizar e interpretar os dados sem reduzi-los à superficialidade das aparências. Triviños (1987) ressalta que essa técnica viabiliza o cruzamento entre as falas dos sujeitos e os referenciais teóricos, favorecendo a produção de sentidos mais densos. May (2004) e Richardson (1999), por sua vez, alertam para a importância de contextualizar os dados interpretados, evitando leituras fragmentadas ou descoladas da realidade institucional. Nesse processo, a análise qualitativa operou como uma chave para decifrar as relações de poder, as representações cristalizadas e as potencialidades ainda não plenamente exploradas na interlocução entre escola e família.

### **ESCOLA E FAMÍLIA: entre funções sociais, expectativas culturais e práticas participativas.**

A escola contemporânea, no cenário das políticas públicas educacionais brasileiras, assume um papel social que transcende a mera transmissão de conteúdos. Mais do que lugar de instrução, constitui-se como espaço de proteção, inclusão e cidadania. Como apontam Santos e Lima (2020), trata-se de uma instituição que precisa responder não apenas às exigências pedagógicas, mas também às urgências sociais que atravessam o cotidiano escolar. Inserida nesse contexto, a escola pública é convocada a articular saberes diversos e a dialogar com sujeitos historicamente excluídos da produção do conhecimento. É nesse movimento que a família aparece, ora como aliada, ora como ausente, ora como crítica. Contudo, sua presença ou ausência carrega marcas históricas, econômicas e simbólicas que não podem ser ignoradas.

A organização familiar, longe de ser homogênea, expressa as transformações estruturais

que marcam o tecido social. A leitura reducionista que associa “família” ao modelo nuclear tradicional perde força diante da pluralidade de arranjos afetivos e jurídicos que compõem o Brasil contemporâneo (Roudinesco, 2003). Reconhecer essa diversidade implica compreender que as formas de participação escolar também variam. Scavone (2001) destaca que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho e o aumento das famílias monoparentais impactaram diretamente o tempo, a linguagem e os modos de envolvimento dos responsáveis com a vida escolar dos filhos. As exigências institucionais, por sua vez, nem sempre acompanham essas mudanças o que contribui para o distanciamento e a incompreensão mútua.

O processo de ensino-aprendizagem, embora mediado por professores, não se esgota no espaço escolar. A família, em suas práticas cotidianas, contribui com valores, expectativas e experiências que interferem, positiva ou negativamente, na trajetória dos estudantes. Benner, Boyle e Sadler (2016) identificaram que o engajamento parental é um dos fatores decisivos para o sucesso acadêmico, especialmente quando articulado a um ambiente escolar que reconhece e valoriza essa presença. A aprendizagem, nesse sentido, emerge da confluência entre os saberes domésticos e os saberes escolares. Quando essa articulação falha, há prejuízo no desenvolvimento global da criança e na construção de sua autonomia crítica.

Ao discutir a participação familiar na escola, a dissertação percorreu três dimensões centrais: o Conselho Escolar, as reuniões de pais e o Projeto Político Pedagógico (PPP). O Conselho, como espaço formal de deliberação, revela-se muitas vezes restrito, tanto por sua estrutura quanto pela ausência de estratégias de acolhimento e formação dos representantes (Gohn, 2003). As reuniões, tradicionalmente centradas na devolutiva de notas ou na resolução de conflitos, raramente se abrem ao diálogo horizontal. Nessa lógica, os pais são convocados a ouvir, não a co-construir. O PPP, por sua vez, ainda que pensado como instrumento coletivo, tende a ser elaborado por pequenos grupos técnico-pedagógicos, com baixa escuta das famílias (Padilha, 2001).

Há, portanto, um descompasso entre o discurso oficial e as práticas institucionais. Muitas escolas reivindicam a participação familiar, mas o fazem sem considerar os limites objetivos e subjetivos que atravessam as vivências dessas famílias. Goodall e Montgomery (2013) propõem deslocar o foco do “envolvimento” para o “engajamento”, compreendendo que este último pressupõe relações de confiança, reciprocidade e corresponsabilidade. A escuta ativa das famílias, sobretudo das mais vulneráveis, deve ser estruturada em práticas pedagógicas sensíveis e não apenas em mecanismos burocráticos.

A revalorização do PPP como espaço democrático, tal como propõe Padilha (2001), pode abrir caminhos para essa transformação. Não se trata apenas de incluir nomes em listas ou colher assinaturas em reuniões protocolares, mas de construir uma escola que reconheça o saber dos pais como legítimo. Quando esse reconhecimento ocorre, as famílias deixam de ser vistas como “problemas” ou “ausentes” e passam a ser percebidas como parte essencial do processo formativo. Essa mudança de perspectiva não é trivial ela exige rupturas epistemológicas e coragem institucional para revisitar as próprias práticas.

No entanto, transformar essa realidade exige que os profissionais da educação compreendam a escola como um território em disputa, onde os sujeitos não apenas aprendem conteúdos, mas constroem significados sobre si e sobre o mundo. Como defende Arroyo (2000), a escola que deseja ser democrática precisa reinventar suas formas de escuta e participação, deixando de lado o discurso da queixa em relação às famílias para assumir a tarefa política de incluí-las, de fato, nos processos formativos. Trata-se de resgatar o compromisso com o bem comum, reconhecendo as famílias não como "parceiras ideais", mas como sujeitos reais, complexos e historicamente situados.

É nesse horizonte que se inscreve a análise proposta: compreender a relação entre escola e família não como uma carência a ser preenchida, mas como um campo de possibilidades a ser construído. Ao investir na escuta mútua e na construção coletiva do PPP, abre-se a oportunidade de redefinir os papéis de cada um nesse processo. Afinal, como afirma Freire (1996, p. 91), “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

## **Resultados**

Ao mergulhar nos relatos dos responsáveis pelos alunos da EMEB Mutirão, emergem significados que vão além da presença física nas dependências escolares. A análise qualitativa revela que o vínculo entre família e escola ainda se estrutura, majoritariamente, sobre práticas comunicacionais unilaterais e relações marcadas pela hierarquia institucional. Muitos pais manifestaram o desejo de participar mais ativamente do cotidiano escolar, mas também expressaram sentimentos de limitação, tanto por razões objetivas (como horário de trabalho) quanto simbólicas (como a sensação de despreparo para dialogar com os educadores).

Essa dificuldade de aproximação não deve ser entendida como negligência, mas como

resultado de uma longa história de exclusão e desvalorização das vozes familiares, especialmente das camadas populares. Patto (1992) já alertava para os desencontros estruturais entre a escola pública e a família pobre, enfatizando que o não envolvimento parental, é muitas vezes, produto da cultura escolar excludente. Em consonância, Oliveira e Marinho-Araújo (2010) argumentam que há uma responsabilização excessiva das famílias pelos fracassos escolares, ao passo que a escola pouco se transforma para acolher de forma crítica e horizontal essas famílias.

A comunicação escola-família ainda se dá, em grande parte, sob a lógica da convocação, e não da construção conjunta. A participação dos responsáveis é mais recorrente em situações de advertência disciplinar ou baixa performance acadêmica, o que perpetua um imaginário da família como “receptora de ordens” e não como parceira. Como propõe Parolin (2007), a verdadeira parceria entre escola e família demanda ruptura com essa lógica vertical, exigindo escuta sensível, valorização das experiências parentais e, sobretudo, construção de vínculos baseados na confiança mútua.

Outro aspecto relevante diz respeito ao Projeto Político Pedagógico (PPP), mencionado por quase nenhum dos participantes. Isso reforça a tese de que, apesar de previsto como instrumento democrático pela legislação (Lei 9.394/1996), sua elaboração continua sendo um processo técnico e distante da comunidade. Padilha (2001) já chamava atenção para essa contradição, ao afirmar que o PPP, quando elaborado sem a efetiva participação dos sujeitos escolares, torna-se um documento burocrático, incapaz de refletir a diversidade e as demandas reais da comunidade que o sustenta.

As entrevistas ainda apontam para uma compreensão limitada sobre o papel da escola na vida das crianças. Muitos pais associam a função da instituição apenas à transmissão de conteúdos, deixando de perceber o caráter formativo mais amplo, como socialização, construção da cidadania e desenvolvimento ético. Essa visão fragmentada é resultado de um sistema educacional que não dialoga suficientemente com os saberes populares. Giddens (2005) nos lembra que a instituição escolar é atravessada por relações de poder e por modelos de autoridade que, muitas vezes, ignoram as formas legítimas de conhecimento produzidas no espaço doméstico.

Apesar dos desafios, o estudo também registra experiências que merecem destaque. Alguns entrevistados relataram momentos em que se sentiram acolhidos, especialmente em projetos interativos ou eventos culturais promovidos pela escola. Essas ações, embora

esporádicas, demonstram que é possível reverter a lógica do distanciamento quando há intenção política e pedagógica de criar espaços de escuta e partilha. Como sinaliza Goodall e Montgomery (2013), o engajamento das famílias depende de um ambiente escolar aberto ao diálogo, à corresponsabilidade e à construção de confiança.

Ao final, torna-se evidente que o fortalecimento da relação entre família e escola requer a superação da lógica formal e protocolar das reuniões, substituindo-a por uma cultura institucional comprometida com a participação crítica e contínua. Isso envolve reconhecer as famílias como sujeitos portadores de saberes, histórias e afetos, e não apenas como “auxiliares” da escola. Como afirma Perez (2019), a qualidade da aprendizagem está profundamente conectada à solidez dos vínculos entre os espaços educativo e familiar. Nesse sentido, o trabalho pedagógico precisa ser relacional, político e sensível às realidades que atravessam a vida das famílias da escola pública.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A construção desta pesquisa permitiu uma imersão reflexiva sobre as múltiplas dimensões que atravessam a relação entre família e escola no contexto da educação pública. Ao longo do percurso investigativo, ficou evidente que a aproximação entre essas duas instituições não depende apenas da vontade individual de seus integrantes, mas também de estruturas acessíveis e intencionais que favoreçam o diálogo, a escuta e o pertencimento. Quando essa parceria se consolida, os benefícios extrapolam o rendimento escolar e alcançam aspectos essenciais da formação humana.

Os resultados indicaram que, embora exista um reconhecimento da importância da participação dos responsáveis na vida escolar dos filhos, essa participação ainda ocorre de forma limitada, fragmentada e, muitas vezes, reativa. Situações pontuais, como reuniões formais ou chamados por questões disciplinares, acabam ocupando o lugar de um diálogo mais permanente e construtivo. Esse padrão de relação enfraquece o vínculo e torna a escola um espaço percebido como pouco acessível para muitas famílias.

A concretização dos objetivos desta pesquisa, em especial, a análise das representações e dos conflitos entre família e escola, demonstrou que há uma necessidade urgente de reconstruir práticas escolares que considerem as realidades familiares em sua complexidade. A escuta ativa, o acolhimento e a corresponsabilidade devem estar no centro das ações

institucionais, especialmente em contextos públicos, onde a diversidade de experiências é ampla e desafiadora.

O estudo também revelou que as transformações nas dinâmicas familiares contemporâneas, como o adiamento da parentalidade e a dificuldade em conciliar trabalho e educação dos filhos, impactam diretamente a relação com a escola. Essas mudanças exigem da instituição um olhar mais sensível e adaptado, que não se baseie em modelos fixos de família, mas que esteja aberto à pluralidade das configurações e possibilidades de envolvimento.

Em relação à figura paterna, observou-se que sua presença, quando ativa e próxima, contribui significativamente para o desenvolvimento integral das crianças. No entanto, ainda há um distanciamento marcante em muitos lares, causado por fatores culturais, profissionais ou mesmo pela ausência de reconhecimento do seu papel no ambiente escolar. Reverter esse quadro implica não apenas em convidar os pais, mas em criar oportunidades reais de participação, nas quais sua presença seja valorizada e efetiva.

O percurso investigativo reafirma que a escola precisa se reinventar como espaço de construção coletiva, onde todos – professores, gestores, estudantes e famílias – compartilhem responsabilidades e decisões. Essa transformação não se dá por decreto, mas pela ação cotidiana de educadores que compreendem a educação como um processo relacional, ético e democrático.

Ao propor caminhos para fortalecer esse vínculo, este trabalho contribui para a consolidação de uma escola pública mais humanizada, participativa e comprometida com a formação de sujeitos críticos e autônomos.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. **Escola: território de sujeitos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BENNER, A. D.; BOYLE, A. E.; SADLER, S. Parental involvement and adolescents' educational success: The roles of prior achievement and socioeconomic status. **Journal of Youth and Adolescence**, v. 45, n. 6, p. 1053–1064, 2016.

BRAMBATTI, Carmen. **A relação escola-família: um campo de desafios e possibilidades**. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Trad. Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GOODALL, J.; MONTGOMERY, C. Parental involvement to parental engagement: a continuum. **Educational Review**, v. 66, n. 4, p. 399–410, 2013.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/estpsi/article/view/7131>. Acesso em: 5 nov. 2024.
- PADILHA, Paulo. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez, 2001.
- PANZA, Denise. **Família e escola: parceria na educação da criança**. São Paulo: Paulus, 2011.
- PAROLIN, Isabel. **Família e escola: parceiras na educação**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre família, escola e aprendizagem**. Curitiba: Positivo, 2007.
- PATTO, Maria Helena Souza. A família pobre e a escola pública: anotações sobre um desencontro. **Psicologia - USP**, v. 3, n. 1/2, p. 107–121, 1992.
- PEREZ, Tereza (Org.). **Diálogo escola-família: parceria para a aprendizagem e o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens**. São Paulo: Moderna, 2019.
- PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança**. São Paulo: Ática, 1977.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- ROSA, Maria Virgínia de Figueiredo Pereira do Couto; ARNOLDI, Marlene Aparecida Gonzalez Colombo. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para a validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2006.
- ROSENVALD, Clarissa. **Novos arranjos familiares e a escola: reflexões sobre inclusão e diversidade**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, E. M. N.; LIMA, F. W. C. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. **Eccos**, São Paulo, n. 54, p. 1–17, 2020. <https://doi.org/10.5585/eccos.n54.8338>

SCAVONE, Lucília. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, n. 8, p. 47–59, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1998.